

A REESTRUTURAÇÃO DA TERRA INDÍGENA DA BARREIRA DA MISSÃO, NO MUNICÍPIO DE TEFÉ/AM

The restructuring of the indigenous land of the mission barrier in the municipality of Tefé/AM

La reestructuración de la tierra indígena de la barrera misionera en el municipio de Tefé/AM

Cleimison Fernandes Carioca¹
Eubia Andréa Rodrigues²

RESUMO

O artigo propõe uma reflexão sobre as mudanças no padrão de vida dos moradores da Terra Indígena da Barreira das Missões devido o avanço das forças capitalistas em direção às suas terras, bem como, as transformações ocorridas ao longo do tempo. O objetivo da pesquisa foi compreender, através de um olhar geográfico, como o capitalismo se manifesta redefinindo o espaço, o território e o modo de produção da terra indígena em função da implementação de um grande projeto. Milton Santos (1996) considera o espaço como um conjunto de relações realizadas através de funções e formas apresentadas historicamente por processo tanto do passado como do presente. Na categoria território, foram utilizadas as três compreensões apontadas por Haesbaert (2004), onde estão compostas múltiplas dimensões. As metodologias apresentadas visaram identificar, observar e descrever as principais mudanças na terra indígena, assim como no território, para isso foi utilizado a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental. A partir do estudo afirma-se que a Terra Indígena sofreu uma reestruturação ao longo da história, sobretudo a partir da implementação da estrada da EMADE, em consequência, as comunidades localizadas na terra indígena foram se reorganizando de maneira diversa, atendendo aos reclames da produção do capital.

Palavras-chave: Território indígena, Capitalismo, Territorialidade.

ABSTRACT

The article proposes a reflection on the changes in the standard of living of the inhabitants of the Terra Indígena Barreira das Missões due to the advance of capitalist forces towards their lands, as well as the transformations that occurred over time. The objective of the research was to understand, through a geographical perspective, how capitalism manifests itself redefining the space, territory and production method of the indigenous land as a function of the implementation of a large project. Milton Santos (1996) considers space as a set of relationships carried out through functions and forms presented historically by process both in the past and in the present. In the territory category, the three understandings pointed out by Haesbaert (2004) were used, where multiple dimensions are composed. The methodologies presented were aimed at identifying, observing and describing the main changes in the indigenous land, as well as in the territory. For this, bibliographic research and documental research were used. From the study, it is stated that the Terra Indígena Barreira das Missões has undergone a restructuring throughout history, especially after the implementation of the EMADE road. As a result, the communities located in the indigenous land have been reorganized in different ways, responding to the demands of production of capital.

Keywords: Territory indigenous, Capitalism, Territoriality.

¹Graduando em Geografia Pela Universidade do Estado do Amazonas, no Centro de Estudos Superiores de Tefé Bolsista PAIC/FAPEAM. E-mail: cfc.geo18@uea.edu.br

²Mestre em Geografia, na subárea de Geografia Urbana com ênfase em produção do espaço urbano no Médio Solimões/AM. Atua no Ensino de Geografia, no Centro de Estudos Superiores de Tefé da Universidade do Estado do Amazonas. E-mail: eandrea@uea.edu.br

ABSTRACTO

El artículo propone una reflexión sobre los cambios en el nivel de vida de los habitantes de la Tierra Indígena de Barreira das Missões debido al avance de las fuerzas capitalistas hacia sus tierras, así como las transformaciones ocurridas a lo largo del tiempo. El objetivo de la investigación fue comprender, a través de una perspectiva geográfica, cómo el capitalismo se manifiesta redefiniendo el espacio, territorio y método de producción de la tierra indígena en función de la implementación de un gran proyecto. Milton Santos (1996) considera el espacio como un conjunto de relaciones realizadas a través de funciones y formas presentadas históricamente por procesos tanto en el pasado como en el presente. En la categoría de territorio se utilizaron los tres entendimientos señalados por Haesbaert (2004), donde se componen múltiples dimensiones. Las metodologías presentadas tuvieron como objetivo identificar, observar y describir los principales cambios en la tierra indígena, así como en el territorio, para lo cual se utilizó la investigación bibliográfica y la investigación documental. Del estudio se desprende que la Tierra Indígena ha sufrido una reestructuración a lo largo de la historia, especialmente luego de la implementación de la carretera EMADE, como resultado, las comunidades ubicadas en la tierra indígena se han ido reorganizando de diferentes formas, respondiendo a las demandas de producción de capital.

Palabras llave: Territorio indígena, Capitalismo, territorialidad.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa teve início em 2020 a partir do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica (PAIC). Tem como finalidade propor uma reflexão sobre as mudanças no padrão de vida dos moradores da terra indígena da Barreira das Missões, devido o avanço das forças capitalistas e suas práticas em direção de suas terras, a partir de um grande projeto (Dendê). Bem como nas transformações ocorridas com o tempo e as condições humanas estruturadas nesse processo.

O processo de produção e apropriação do espaço no estado do Amazonas ocorre através de várias ações envolvendo vários agentes como: pequenos agricultores, pescadores, ribeirinhos, migrantes de outros Estados, caboclos e povos indígenas. Além desses já supracitados, tem o capital privado, as empresas, o capital financeiro e as multinacionais, esses ligados as ações do Estado, são os que mais produzem espaços na Amazônia. Na categoria território, foram utilizadas três compreensões apontadas por Haesbaert (2004), onde estão compostas múltiplas dimensões que são: simbólica, judicial e a territorial, para a identificação dessas territorialidades, bem como seu processo de ocupação dessa determinada área ao longo do tempo.

A invasão, ocupação e exploração do solo brasileiro foram e são determinantes para as transformações radicais que os povos originários passam no decorrer de cinco séculos. Um longo processo de devastação física e cultural eliminou grupos gigantescos e inúmeras etnias indígenas, especialmente através do rompimento histórico entre os índios e a terra. Atualmente, o avanço

capitalista sobre a Amazônia vem através da agropecuária e os grandes projetos, a implementação desses projetos causa grandes impactos na flora e fauna, são como uma fera, quase indomável. Motosserras e tratores fazem parte de programas oficiais de devastação.

As grandes serrarias, que já exauriram o potencial madeireiro em outras regiões do Brasil e no mundo, agora seguem resolutas em direção à Amazônia, vestidas em peles de cordeiro, com o discurso da "exploração/ devastação sustentável", ostentando diplomas de "certificação verde" e com projetos de "auto sustentabilidade" na Amazônia. Quem vivenciou a devastação em décadas passadas tem razões de sobra para prever novas catástrofes ambientais, atingindo particularmente os territórios indígenas como a contaminação do solo, da água e do ar com seus produtos químicos. As mineradoras e companhias de petróleo estão afiando suas unhas para cavar cada vez mais fundo e mais rápido, no intuito de acumular ao máximo seu capital globalizado, além de pressionarem o Congresso Nacional para que seja regulamentada a exploração mineral em terras indígenas.

Há pedidos de pesquisa e exploração mineral sobre terras indígenas de toda a Amazônia. Essas práticas, juntamente com os conflitos entre garimpeiros e o desmatamento, causaram mais de 350 mortes indígenas, segundo o Instituto Socioambiental (ISA) e o Conselho Indigenista Missionário (CIMI). Hoje se vive uma dicotomia, de um lado os interesses dos povos indígenas, do outro, os interesses do agronegócio e do modelo de desenvolvimento vigente adotado pelo país. No contexto atual é importantíssima a atuação da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), para diminuir inúmeros conflitos e exercer seu papel constitucional de identificar, demarcar e monitorar terras indígenas, além de prestar apoio e proteção social.

Atualmente, segundo o censo demográfico de 2010 realizado pelo IBGE, constatou que, há no Brasil cerca de 817.963 indígenas, desse total, 502.783 encontram-se na zona rural e 315.180 habitam os centros urbanos. O censo também identificou, em parceria com a FUNAI, 505 terras indígenas, representando 12,5% do território brasileiro. Desse total de terras, em apenas dez apresentam uma população indígena maior que 10.000 habitantes.

Conforme pesquisa de Alícia Rolla e Fany Ricardo (2013), na Amazônia Legal vivem 173 povos em 405 TIs, que somam 1.085.890 quilômetros quadrados, ou 21,7% da região. Ainda segundo dados do ISA, cerca de 300 mil índios vivem nessas áreas (1,15% da população amazônica). Segundo IBGE (2010), no município de Tefé-AM, a população autodeclarada por situação do domicílio corresponde um total de 1.054 indígenas, sendo que 225 desses indígenas residem na zona urbana, e um total de 829 residem na zona rural do município.

Dessa totalidade apenas 859 residem na terra indígena das Barreiras das Missões, e estão distribuídos em quatro comunidades: a Barreira de Baixo, Barreira do Meio, Barreira de Cima e Betel. Há também a presença de moradores não indígenas nas comunidades. Devido à proximidade e as intensas relações sociais com a zona urbana de Tefé, muitos índios (as) acabam se casando com pessoas não indígenas. Essas famílias recém-formadas não possuem condições para comprar um terreno na zona urbana da cidade, fazendo com que a comunidade se torne a única opção para a moradia. Outro fator para que ocorra essa mestiçagem é que alguns desses indígenas vão estudar fora da aldeia, ao regressar já possuem famílias e acabam construindo suas casas dentro da terra Indígena.

A PRODUÇÃO E APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO NA CIDADE DE TEFÉ-AM E NA BARREIRA DAS MISSÕES

As pequenas e médias cidades da Amazônia têm formas de uso e ocupação do solo tanto urbano como rural que expressam os hábitos de moradias peculiares à região, são construções construídas em locais próximos aos rios e florestas. O processo de produção e apropriação do espaço no estado do Amazonas ocorre através de várias ações envolvendo vários agentes como: pequenos agricultores, pescadores, ribeirinhos, migrantes de outros Estados, caboclos e povos indígenas. Além desses já supracitados, tem o capital privado, as empresas, o capital financeiro e as multinacionais, esses ligados as ações do Estado, são os que mais produzem espaços na Amazônia.

Vale ressaltar que os espaços produzidos com a parceria capital/ Estado, na maioria das vezes estão ligados a interesses externo, sejam na extração de recursos naturais daquela região ou por projetos de preservação. Para terem aprovação local esses espaços ou projetos se apresentam muitas vezes como algo inovador, proporcionando aos moradores locais renda, infraestrutura, transporte, saúde. Nesse contexto Milton Santos, (1979) discorre que:

O espaço reproduz a totalidade através das transformações determinadas pela sociedade, modos de produção, distribuição da população, entre outras necessidades, desempenham funções evolutivas na formação econômica e social, influencia na sua construção e também é influenciado nas demais estruturas de modo que torna um componente fundamental da totalidade social e de seus movimentos (SANTOS, 1979, p.10).

A partir das compreensões do autor, pode-se afirmar que o espaço consta como matéria trabalhada ao longo do tempo, constituindo-se num dos objetos sociais com maior imposição sobre o homem, ele faz parte do cotidiano dos indivíduos, por exemplo, as pontes, estradas, a casa, o lugar de trabalho, os pontos de encontro, os caminhos que unem esses pontos são igualmente

elementos passivos que condicionam as atividades dos homens e comandam a prática social. Em relação à ocupação do território tefeense, segundo Queiroz (2015), antes de Tefé e de Ega, esse território era habitado pelos povos Nuruaques, Cauixanas, Jumanas, Passés, Uainumas, Catuquinas, Jamamadis, Pamanas, Juris, Jurimaguas, Tupebas ou Tupibàs. Todos eles dividiram a terra do atual município até a invasão europeia.

Mas foi em 1755 de acordo com Queiroz (2015), que: “Durante o governo de Joaquim de Mello e Póvoas que perdurou até 1760 sob instruções reais de Mendonça Furtado, de 5 de junho de 1755 que elevou para vila as povoações do Amazonas adotando nomes portugueses, como Santa Tereza de Tefé que passou a chamar vila de Ega (p.60)”. Após a sua destruição decorrente da peleja entre portugueses e espanhóis foi reconstruída por Frei André da Costa o verdadeiro fundador do que seria reconhecida pelas instruções reais de 5 e 6 de junho de 1755 como vila de Ega. Mais só em 15 de junho de 1855 com a Lei n.º. 44 foi conferido a Tefé o título de cidade.

Neste período, Tefé possui sete casas de telhas e 94 cobertas por palhas, uma igreja espaçosa com carência de reparos, a paróquia possuía 1.894 habitantes, apenas a vila contava com 400 pessoas. Nessa época a cidade possuía uma extensão territorial de grandes proporções, em torno de 500.000 Km², (QUEIROZ, 2015, p. 86). Ao longo dois anos Tefé sofreu vários desmembramentos para criação de outros municípios, atualmente possui uma extensão territorial de 23.704,475 Km² (IBGE, 2010), com uma população 61.453 pessoas, segundo censo 2010.

Em relação à ocupação da TI da Barreira da Missão, Faulhaber (1998), argumenta que os povos que residem lá estavam antes situados no alto rio Solimões, e foram forçados a descer o rio nos anos 60 devido a uma grande cheia ocorrida naquela época. Os mesmos instalaram-se próximo ao centro urbano de Tefé, onde podiam conciliar sua economia rural com os serviços oferecidos na cidade. A área que ocupavam pertencia à Prelazia de Tefé, Faulhaber (1998) relata que:

Na Barreira de Baixo, estava sediado um grupo de Cocamas vinculados à irmandade da cruz, um movimento religioso de inspiração messiânica com grande influência entre Ticunas e Cocamas do alto Solimões. Na Barreira do Meio estavam os Cambebas e Ticunas, que eram “crentes” pentecostais, e acima, no terreno contíguo à Missão, vivam os católicos. (FAULHABER, 1998, p. 36).

Nesse período a prelazia de Tefé havia vendido um lote de terra à Empresa Amazonense de Dendê (EMADE), ameaçando a posição dos indígenas. Diante disso, alguns padres ligados ao Centro Indigenista Missionário (CIMI) deram apoio para que eles procurassem a FUNAI para pedir a demarcação da área como terra indígena. A solicitação foi feita em 1987, mas somente em 1991 a demarcação foi homologada.

Atualmente dentro da terra Indígena estão assentadas quatro comunidades, à Barreira de Baixo, Barreira do Meio, Barreira de Cima e a Comunidade Betel, como mostra a carta imagem:

Figura 1: Carta Imagem das comunidades assentadas dentro da terra Indígena



Fonte: RABELO 2021

Vale ressaltar que dentro da terra indígena existe atualmente uma divisão territorial entre as comunidades, são territorialidades distintas entre elas, e essa fronteira é materializada através de “pique” (pequena trilha no meio da floresta), este pique demarca a territorialidade de cada comunidade. Essa divisão de terras surgiu a partir de vários conflitos entre as comunidades, os principais deles foram sobre o uso da terra e coleta de frutos advindo da floresta, essa divisão teve como objetivo abolir esse atrito. Nesse contexto Haesbaert, (2007), relata que: “(...) a territorialidade, além de incorporar uma dimensão mais estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar (p.22)”.

Nesse sentido, a territorialidade é especificamente humana, e é carregada de estratégias usadas para controlar áreas e influenciar pessoas, fenômenos e relacionamentos. Nesses termos, pode-se afirmar que, ela corresponde às nossas relações sociais cotidianas, no trabalho, nas relações familiares, nas igrejas, nas lojas, na escola etc. Estas relações que ocorrem dentro de uma determinada territorialidade é que constituem o território de vida de cada pessoa ou grupo social

num determinado lugar. Com isso, se pode compreender que a territorialidade se manifesta em todas as escalas, desde as relações pessoais e cotidianas até as complexas relações sociais.

Essas divisões de territórios estão ligadas a gênese da ocupação da terra indígena, composta por vários migrantes vindo de outras regiões do país, essas diversas culturas provocam transformações e conflitos dentro do território. Nesse contexto Gonçalves (2006), ressalta que:

(...)no interior de cada povo-cultura, dependendo da sua natureza de sua organização social, desenvolvem-se tensões, conflitos e lutas de caráter variado. Sabemos que aquilo que genericamente denominamos de cultura ocidental (ou greco-romana ou judaico-cristã) comporta profundas diferenças no espaço e no tempo. (p. 96)

Esses povos híbridos possuem visões diferentes sobre o uso da terra. Portanto, pode-se afirmar que a memória também é um elo importante na apropriação e manutenção de um grupo de determinado território e na sua construção identitária. Em uma perspectiva geográfica para se entender a questão das identidades, parafraseando Haesbaert (1999), e que determinadas identidades são construídas a partir da relação “concreta / simbólica e material ou imaginária” dos grupos sociais com o território, essas seriam identidades territoriais por serem construídas pelo processo de territorialização. Identidades de resistência são aquelas marcadas por um profundo reforço de antigas memórias da coletividade.

É as identidades que resistem ao processo de homogeneização fruto da globalização, mantendo-se tal qual foi concebida ou muito próxima a isso. Essas identidades desenvolvem-se de maneira distintas nas quatro comunidades indígenas conforme o avanço tecnológico, pode-se observar essas mudanças nas estruturas das casas do comunitários, no padrão de vida e no transporte, quando mais próxima ao centro da cidade ou da estrada mais influência ela tem do meio externo.

Localização da área de pesquisa

Terra indígena da Barreira da Missão está localizada no município de Tefé, na margem direita do Paraná do Panamin, cerca de 30 km de estrada da área urbana e levando-se cerca de meia hora para chegar por via fluvial. Ela possui 1.772 ha e 859 habitantes, sendo composta oficialmente por três etnias - TICUNA, CAMBEBA e COCAMA- distribuídas em quatro aldeias vizinhas chamadas Barreira de Cima, Barreira do Meio, Barreira de Baixo e Betel (FIGUEIREDO, 2008). A origem do nome da comunidade, segundo Pessoa (2005), está relacionada com a ocupação da terra do município de Tefé, que por sua vez está intimamente ligada à catequese, realizada tanto

por missionários jesuítas, como carmelitas, funcionários pagos pelos governos da Espanha ou Portugal.

Ainda em relação à gênese do nome da Barreira da Missão, Santos (2012, p. 57), relata que em 1688, quando o Padre Samuel Fritz, ardoroso defensor dos interesses da Espanha na Amazônia, organizou as missões entre os povos indígenas na Amazônia, fundou uma aldeia a qual deu o nome de Missão de Santa Teresa D'Ávila dos Axiuaris. Outra confirmação que nos leva a ter certeza da origem do nome da comunidade está transcrita na Carta Régia, de 21 de dezembro de 1686, em que Portugal criou o Regimento das Missões. Pelo regimento competia ao missionário à administração, controle da Missão, o recrutamento da mão-de-obra, os descimentos, guerras justas, resgates e agarrações.

A Missão de Santa Teresa D'Ávila dos Axiuaris foi transferida por Frei André da Costa, missionário português, em 15 de outubro de 1718, para a aldeia dos índios Tupebas, a qual deu o nome de Missão de Santa Teresa D'Ávila dos Tupebas ou Tapibás (SANTOS, 2012). A partir desses relatos históricos supracitados da origem da comunidade, pode-se afirmar que, a luta dos índios por território e identidade perpassa a colonização. Nos dias atuais esses conflitos são cada vez mais frequentes a busca insaciável pelos recursos advindos da Amazônia, que são foco tanto dos empresários e multinacionais, quanto dos contrabandistas.

Para minimizar esses conflitos é essencial que o Estado através da FUNAI, consiga demarcar o quanto antes as terras indígenas, pois contribui para o ordenamento fundiário do Governo Federal e dos entes federados, concomitantemente diminuem a possibilidade de conflitos e possibilita melhor atendimento às especificidades dos povos. Além dos aspectos discorridos, a demarcação de terras incentiva a garantia da diversidade étnica e cultural e a efetivação de uma comunidade pluriétnica e multicultural, já que esses territórios são fundamentais para a reprodução física e cultural desses povos. A terra indígena foi criada a partir do decreto nº 303, de outubro de 1991, quando foi homologada a demarcação de área Indígena Barreira da Missão, a área indígena possui a seguinte delimitação: NORTE: partindo do ponto BM-02 de coordenadas geográficas 03°26'21,130" S e 64°35'44,769" Wgr. Localizada na margem direita do Paraná do Panamin, segue por este, a jusante, com uma distância de 3.191,64 metros, até o marco 01 de coordenadas geográficas 03°26'08,885" S e 64°34'02,023" wgr.

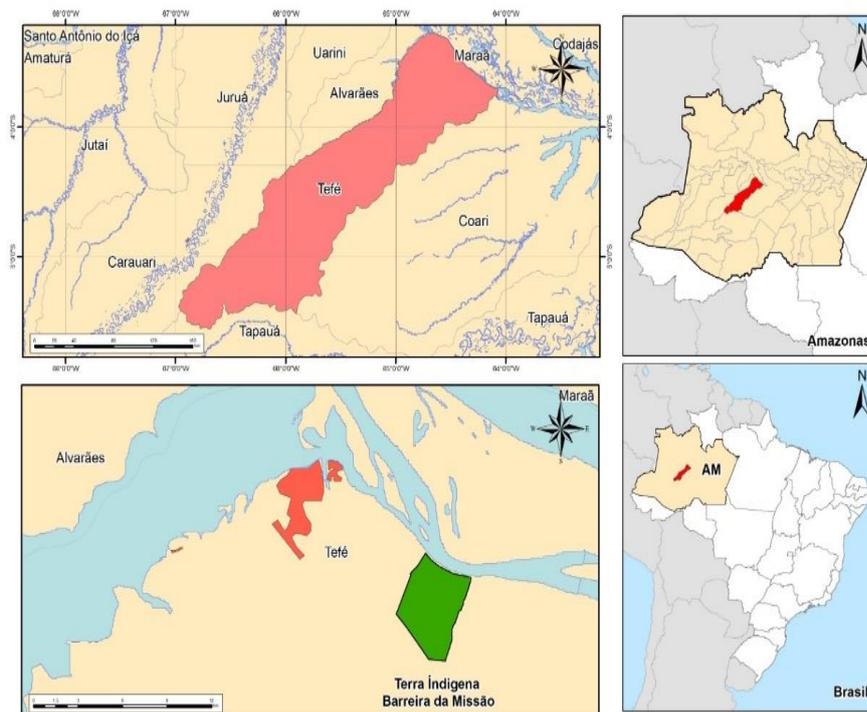
Localizado no bordo de uma estrada. LESTE: do marco antes descrito, segue pela citada estrada, no sentido para (EMADE) com uma distância de 4.543,66 metros, até o marco 02 de coordenadas geográficas 03°28'28,166" S e 64°33'26,416' wgr. SUL: do marco antes descrito, segue

A reestruturação da Terra Indígena da Barreira da Missão, no Município de Tefé/AM
Cleimison Fernandes Carioca; Eubia Andréa Rodrigues

por uma linha reta com o azimute e distância de $235^{\circ}22,8''$ e 1.688,47 metros, até o marco 03 de coordenadas geográficas $03^{\circ}28'59,578''$ s e $64^{\circ}34'11,254''$ wgr. e 2.864,92 metros, até o marco 04 de coordenadas geográficas $03^{\circ}28'35,464''$ s e $64^{\circ}35'40,954''$ wgr. OESTE: do marco antes descrito segue por uma linha reta confrontando com a propriedade do Sr. Eduardo Frazão, com azimute e distância de $353^{\circ}39'44,8''$ e 2, 473,30 metros, até o marco 05 de coordenadas geográficas $03^{\circ}27'15,420''$ s e $64^{\circ}35'49,652''$ wgr.

Daí segue por uma linha reta com azimute e distância de $292^{\circ}16'00,7''$ e 110,76 metros, até o marco 06 de coordenadas geográficas $03^{\circ}27'50,6''$ e 1, 530,21 metros, até o marco 07 de coordenadas geográficas $03^{\circ}26'24,921''$ S e $64^{\circ}35'44,769''$ wgr. Seguindo por uma linha reta com azimute e distância de $359^{\circ}57'25,8''$ e 116,48 metros, até o ponto Bm-02, inicial da descrição deste perímetro (Brasil. Ministério da Justiça – MJ. D.0 30/10/1991). Conforme a figura 2:

Figura 2: Carta Imagem da terra Indígena da Barreira da Missões



Fonte: RABELO 2021

A reestruturação da terra indígena da barreira das missões a partir da implementação da estrada da EMADE

Para Ruy Moreira (2008, p.109), “a geografia busca na paisagem (a imagem) os detalhes que tenham constância, (...) para encontrar os padrões que levam à evidência da organização do

espaço”. Essa ciência busca explicar a dimensão e a disposição das coisas no espaço, assim como as relações que estão para além da imagem, extraíndo dela a estrutura de classe do capitalismo e suas configurações, colocando em foco o ordenamento territorial das classes sociais. Segundo Sousa, (2015, p. 126), “o processo de reestruturação não se restringe à área diretamente em que ele ocorre, mas também interfere nas áreas de seu entorno, ou ainda, para onde se estendem as relações sociais e econômicas estabelecidas”.

Quando essas empresas impõem seu modo de produção nessas localidades, seus moradores são obrigados a modificá-los, causando uma ruptura entre o novo e o antigo modo, esse processo cria novos meios de produção e reprodução de uma sociedade. Nesse contexto, podemos afirmar que a reestruturação do espaço pode ser compreendida quando consideramos as dinâmicas sociais, econômicas e espaciais de uma região, que alteram as relações sociais e de produção. Com a implementação da estrada da EMADÉ, intensificou a circulação de pessoas de produtos e mercadorias, ao mesmo tempo, que produziu a valorização do espaço.

Esse processo de reestruturação pode ser observado a partir das mudanças no sistema de transporte, como por exemplo, o sistema fluvial, utilizado antigamente pelos indígenas, por meio de pequenos barcos de motor de popa para vendas de produtos agrícolas e extrativistas, ou para uso pessoal diversificado, como suas idas e vindas da aldeia para a cidade, à procura de assistência técnica, resolução de assuntos financeiros, reuniões sindicais ou para fins religiosos. Em 1997, a Prefeitura Municipal de Tefé - AM iniciou a abertura da estrada da EMADÉ, é nesse mesmo período que a Prefeitura autoriza o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tefé - STRT a fazer a distribuição dos lotes para as famílias. A pavimentação da estrada só foi completada entre os anos de 2005 a 2008.

Com isso surgiu um novo modal de transporte para os indígenas e moradores dos arredores, o rodoviário, em consequência aumentou o fluxo de veículos em direção à comunidade; motocicletas, ônibus, caminhões e vans fazem parte do cotidiano dos moradores rurais até os dias atuais. Esses veículos além de transportar a produção agrícola, madeireira e mercantil, servem para transportar os indígenas da TI da Barreira das Missões, como os moradores em geral dos arredores da comunidade. Nesse contexto, Santos (2014, p. 25), ressalta que “a integração do espaço através do transporte é um elemento essencial do planejamento capitalista”. Na estrada de acesso a comunidade observa-se a frequente a locomoção desses veículos.

Com o aumento do fluxo de pessoas para essas áreas surgiram algumas demandas de consumo, em consequência disso, apareceram vários estabelecimentos de compra e venda de

produtos em geral, ao longo da estrada e dentro da terra indígena. Esses pequenos estabelecimentos possuem características próprias, em geral são pequenas casas de moradia feita de madeira, onde o morador separa um cômodo para vender seus produtos. A reestruturação espacial e econômica, que aconteceu na área da pesquisa, sucedeu conforme a organização da produção, e se modificou atrás dos avanços tecnológicos, do desenvolvimento da comunicação e dos transportes, também são modificados nesse processo os ambientes construídos ao longo do tempo.

Smith (2007) esclarece que: “Determinado ambiente construído expressa uma organização específica da produção e reprodução, do consumo e da circulação, e conforme esta organização se modifica também se modifica a configuração do ambiente construído (p.20)”. As mudanças na organização do espaço na produção e circulação podem ser observadas na comunidade da Barreira das Missões ao longo do tempo, elas foram induzidas pela estrada da EMADE, essas mudanças não envolvem apenas os aspectos estruturais da terra indígenas, mais também os culturais. A primeira experiência de dendeicultura de porte no Amazonas nasceu e morreu no município de Tefé, região central do Estado, na década de 1980, com a Empresa Amazonense de Dendê (EMADE), em parceria com a Agência de desenvolvimento de Terras da Malásia, a Felda, representada no Brasil pela empresa Braspalma Agroindustrial. (o Brasil dos agros combustíveis, 2008).

Em relação à gênese da implementação da Empresa Amazonense de Dendê em Tefé, Faulhaber, (1987) argumenta que:

[...] resultou de um acordo entre o Governo do Estado do Amazonas e o Governo Federal, através do qual se obteve um empréstimo do Banco Mundial da ordem de US\$ 35.000.000 para a plantação de 5.00 ha de dendê e instalação de uma usina de óleo de dendê. (...) a partir da implementação da empresa, em 1982, já foram investidos US\$ 5.000.00. (FAULHABER, 1987, p. 95).

A produção de dendê se destina primordialmente ao óleo comestível e matéria-prima para a indústria, e secundariamente em combustível, a tendência nesse tipo de produção é a transformação da região em um grande polo dendezeiro, essa prática provoca a concentração financeira e fundiária, prática essa comum do sistema capitalista. Além de causar a centralização e ampliação do mercado de terras, promovendo sua desvalorização e a modernização do processo produtivo. A Estrada EMADE surgiu da criação de um projeto dos Governos Federal e Estadual com objetivo de introduzir investimentos financeiros para a produção de dendê, inicialmente esse projeto visava cultivar as palmáceas apenas em áreas já degradadas no município de Tefé-Am.

Esse plano pretendia utilizar mão de obra local pagando um salário mínimo na CLT. Segundo Faulhaber, (1987): “Seu objetivo é a transformação dos empregados em pequenos

proprietários, através da doação de 7 a 10 há para plantação de dendê, além de 7 há para a cultura de subsistência. A EMADE tem como meta futura retirar-se do processo, deixando tudo na responsabilidade dos pequenos produtores (p.94)”. As mudanças na organização do espaço causaram a ruptura do antigo modo de produção da comunidade, que antes era baseado na produção de alimentos básicos, com ênfase na farinha de mandioca. Era utilizado nessa prática o “ajuri”, na preparação da terra para o plantio, em que as famílias se reúnem em prol de um só objetivo que ainda é a produção de subsidio para a subsistência dos familiares.

Com bases nos relatos dos aldeados, o “ajuri” tornou-se uma prática quase extinta, pois a maioria dos comunitários trabalha por diárias, essa substituição de trabalho coletivo pelo particular das famílias caracteriza a autonomia privada do modo de produção capitalista. Segundo Wallerstein (2001, p. 131), “colocar ênfase na iniciativa individual, a civilização capitalista atrelou o interesse pessoal ao florescimento e à manutenção do sistema”. Esse sistema suprime o modo de produção através de cooperativas e foca no individual, provocando “um sentimento de competição”, característico do sistema.

Os índios da comunidade das Barreiras das Missões sofrem constantemente, por parte da sociedade não indígena, condenações a respeito do território e identidade, pois algumas pessoas ainda enxergam o índio como um indivíduo primitivo. Nesse contexto Ladeira, afirma que:

O termo “índio” é um grande e errôneo hábito que todos usam, é algo forjado desde o início da descoberta do Brasil. Como sabemos, os índios foram os primeiros habitantes do território brasileiro. Possuem costumes, hábitos e língua diferentes dos nossos. (...) a palavra índio, em seu uso mais geral e cotidiano, cristalizado no senso comum, constitui um indicativo de um estado cultural, (...) que em diferentes contextos o podem vir substituir – silvícola, aborígine, selvagem, primitivo, entre outros. Todos carregados com um denotativo de morador das matas, de vinculação com a natureza, de ausência dos benefícios da civilização, possuidor de uma cultura rudimentar, pouco evoluído caracterizado dos primórdios da humanidade. (LADEIRA, 2002, p. 4).

Da colonização até a atualidade, sempre houve estratégias políticas que exerceram domínio sobre os povos indígenas, e que perpassaram os tempos. Atualmente não são diferentes, os indígenas enfrentam desde a ocupação, as lutas pela conquista territorial contra as sociedades capitalistas. Na visão indígena a terra não serve apenas como reserva de valor, é um lugar de sobrevivência onde eles podem manter as crenças e costumes e suas orientações espirituais. Segundo Dardel:

[...] o espaço terrestre aparece como a condição de realização de toda realidade histórica, que lhe dá corpo e assinala a cada existente o seu lugar. É a Terra que, podemos dizer, estabiliza a existência. [...] A Terra é, por excelência, para o homem, como destino, a circunstância (*circumstare*),

A reestruturação da Terra Indígena da Barreira da Missão, no Município de Tefé/AM
Cleimison Fernandes Carioca; Eubia Andréa Rodrigues

aquilo que se ergue à sua volta e mantém sua presença como engajamento no Ser. (DARDEL, 2011, p. 43).

Na concepção dos Cambeba, Ticuna, Caixana, Miranha e Witoto, o conceito de território e terra não se traduz apenas em aldeia, mas sim em lugar para viver, plantar e manter os costumes, ou seja, na visão indígena a terra não só serve para produzir e acumular riquezas como prega o capitalismo, mas de subsistência espiritual e identidade fornecedora da base para manter a vida. Com o avanço do capitalismo e suas práticas nas aldeias os espaços vêm sendo transformado em território e territorialidade, pois consegue-se visualizar cercas e muros nos arredores das casas, tornando-a como propriedade privada, característica própria do capitalismo. A Fundação Nacional do Índio (FUNAI) vem auxiliando os indígenas coordenando e executando as políticas junto ao Governo Federal, na identificação, demarcação, regularização fundiária e registro da terra indígena.

No seu estatuto nº 9,010, de 23 março de 2017, inciso XII, a FUNAI ressalta em “promover e apoiar o desenvolvimento sustentável nas terras indígenas, conforme a realidade de cada indígena” (Estatuto da Funai, 2017). Essa política de desenvolvimento vem sendo inserida no cotidiano da comunidade, mudando o meio e modo de produção da aldeia, acelerando a ruptura do antigo para o novo modo de vida dos indígenas. Com essas práticas introduzidas nas aldeias a sociedade contemporânea vem confrontando esse avanço, e muitos ainda têm uma visão distorcida do índio, aquela mais ligada ao “índio primitivo ou homem da floreta”, desconsiderando a evolução do homem.

A sociedade capitalista cria essa imagem de índio primitivo, na tentativa de civilizá-lo, e assim que ele (o índio) adota práticas ocidentais, argumentam que ele não é indígena, e, portanto, não têm direito a terra. O uso de tecnologias não impede que os indígenas reproduzam seus modos de viver. Alguns antropólogos afirmam justamente o contrário: que populações indígenas se utilizam de “coisas” da sociedade ocidental conforme suas próprias regras e de forma a fortalecer seus próprios meios de ver o mundo. Problemática que merece um destaque maior, principalmente nos dias atuais onde vivemos em um período de regresso em todos os aspectos sociais.

Outro ponto a se destacar é a visão do índio perante a o mundo circular, em que muitas vezes os indígenas são taxados como preguiçosos, devido os auxílios do governo e as leis de proteção. Segundo dados do INPE, os projetos de infraestrutura, como as estradas, são importantes para estimular a economia, integrar locais distantes e prover acesso a serviços públicos, como escolas e hospitais. Quando não são acompanhadas de políticas de desenvolvimento sustentável, podem ser indutoras da devastação, como tem ocorrido com as TIs. Na Amazônia,

nenhum outro tipo de empreendimento de infraestrutura é tão responsável pelo desmatamento: 75% dele ocorre em uma faixa de até 100 quilômetros ao redor das rodovias.

MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia é um dos principais elementos que organiza as veredas de uma pesquisa científica. Os métodos utilizados no desenvolvimento de uma pesquisa são suma importância para a elaboração, evolução e concretização da pesquisa na sua sistematização. A metodologia apresentada nesta pesquisa visou compreender, descrever, investigar e identificar os principais elementos que causaram a reestruturação da Terra Indígena das Barreiras das Missões e as práticas capitalistas existentes nas comunidades, e como essas práticas pode mudar um território.

Para a investigação e análise de dados do tema proposto pela pesquisa, seguimos algumas abordagens e métodos como a pesquisa documental e bibliográfica, como instrumento na elaboração e realização da pesquisa, que segundo Lakatos e Marconi (2013), ressaltam que a pesquisa bibliográfica como um levantamento de toda a bibliografia já publicada. Pesquisa documental que segundo PRODANOV (2013), baseando-se em materiais que não receberam ainda um tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa. Na categoria território, foram utilizadas as três compreensões apontadas por Haesbaert (2004), onde estão compostas múltiplas dimensões, em que foram destacadas as divisões simbólicas, judicial e a territorial, para a identificação dessas territorialidades, bem como seu processo de ocupação dessa determinada área ao longo do tempo.

Os primeiros momentos da pesquisa foram realizados levantamentos bibliográficos e fichamento de textos que ajudaram a entender melhor o tema em questão, onde foram utilizados autores como: DARDEL (2011), FAULHABER (1998), HAESBAERT (2004; 2009), MOREIRA (2008), SANTOS (1988), SOUSA (2015), WALLERSTEIN (2001) que mostraram ao decorrer da pesquisa os conceitos de espaço, território, índio e produção capitalista. Essas literaturas foram a base das discussões entre pesquisador e orientador. Posteriormente feito uma busca documental de documentos que pudessem auxiliar na temática proposta pela pesquisa nas principais instituições, como: IBGE. Secretaria de infraestrutura do município, Funai, CIMI, Prelazia de Tefé, Dsei, Mamirauá.

Foi feito uma visita na terra indígena da Barreira da missão, nessa oportunidade foi visitada apenas a comunidade da Barreira de cima, não podendo fazer entrevistas com nenhum indígena.

A partir dela foram observados vários elementos e fatores que ajudaram na compressão do problema, e na construção do artigo. Ressalta-se que não foi possível realizar a pesquisa de campo e as entrevistas devido as restrições sociais e espaciais causado pela pandemia do Covid-19 e as restrições imposta pela Fundação Nacional do Índio.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A Geografia como ciência social apresenta uma proposta que amplia as formas de ver o mundo e o homem através de novos padrões e perspectivas, nesse sentido, analisar, descrever e compreender a relação sociedade-natureza é essencialmente uma atividade do conhecimento geográfico. Milton Santos afirma que, a busca pelo entendimento dos modos de vida do homem compreende os estudos das categorias tempo, espaço e mundo que são reguladas pela interferência humana:

O espaço se opõe através das condições que ele oferece para produção, para circulação, para a residência, para comunicação, para o exercício da política, para o exercício das crenças, para o lazer e como condições de viver bem. (...). Mas o mesmo espaço pode ser visto como o terreno das operações individuais e coletivas, ou como realidade percebida. (SANTOS, 2014, p. 55).

Dessa forma ainda sobre o espaço, Santos (1986) diz que, o espaço deve ser considerado como um conjunto de relações realizadas através de funções e de formas que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente. É importante ressaltar que os fenômenos ocorridos na atualidade são resultados da junção dos processos passados e presentes. Nessa concepção, o desenvolvimento humano ocorre com a substituição da natureza, em que o homem redefine aquele espaço e transforma em territorialidade.

Na comunidade Barreiras das Missões as práticas capitalistas são nítidas, tanto na cultura, quanto no território. Em relação ao território, há duas maneiras de se chegar a TI da Barreira das Missões, uma pela estrada da EMADE e outra pelo Rio Solimões. Quando se vai pela estrada ao chegar à comunidade os visitantes depara-se com um portão, feito de madeira com anúncio de hora de entrada e saída de pessoas, essa prática é característica de grandes empresas, à medida que os visitantes adentram na comunidade nota-se placas de empresas de cosméticos como: AVON, NATURA, O BOTICÁRIO, observa-se também que a presença dessas empresas caracteriza uma das práticas mais comum do capitalismo, a venda de produtos e serviços para obtenção de lucro.

Outro aspecto é o lixo produzido pela comunidade, semelhantes aos da cidade. Notou-se fraldas descartáveis, inúmeros enlatados, televisores, garrafas de plástico, etc. Esses lixos

caracterizam um rompimento no padrão e no consumo dos aldeados, típico da vida urbana, impulsionada pelo capitalismo concorrencial.

Com a introdução do capitalismo concorrencial e suas práticas na comunidade os espaços foram sendo apropriados e usados para inúmeros fins, agregando valor com o passar do tempo. Com base no relato de um morador pode-se constatar que algumas casas possuem cercas confeccionadas de madeiras, demarcando um possível território, passando uma ideia de posse. De acordo com Bourdieu (2010, p. 83), “a relação originária com o mundo social a que estamos acostumados, quer dizer, para o qual e pelo qual somos feitos, é uma relação de *posse*, que implica a posse do possuidor por aquilo que ele possui”. Esse tipo de prática é característica própria do capitalismo.

A partir das literaturas e relatos dos aldeados, podemos afirmar que, a Terra indígena sofreu uma reestruturação ao longo da história, sobretudo a partir da implementação da estada da EMADÉ, em consequência, as comunidades dentro da terra indígenas foram sendo reorganizado de maneira diversa, atendendo aos reclamos da produção do capital. A presença de elementos do sistema capitalista na terra indígena da Barreira da Missão é nítida, começa no portão de madeira com hora de entrada e saída, e percorre todas as aldeias. Outro ponto que merece ênfase é as casas de alvenaria, que se diferenciam das casas de madeira, essas diferenças no padrão das moradias da comunidade são características do sistema econômico capitalista, a desigualdade sócia espacial.

Além dos componentes já supracitados que se assemelha com a vida urbana, é possível notar um trânsito de carros e motocicletas dentro da comunidade, pois existe uma estrada antiga não pavimentada que liga as comunidades. Com base no relato de um morador, podemos observar que as quatro comunidades possuem características distintas, em relação ao uso da terra, mesmo estando dentro de um mesmo território. A divisão interna da Terra indígena da Barreira das Missões entre as quatro comunidades existentes, além de possuir cunho econômico e cultural, possui caráter ideológico.

Essas territorialidades estão relacionadas com a gênese da formação da terra indígena. Esses povos híbridos possuem visões diferentes sobre o uso da terra. Portanto, pode-se afirmar que, a memória também é um elo importante na apropriação e manutenção de um grupo de determinado território e na sua construção indenitária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os povos indígenas habitam o Brasil a muito tempo antes mesmo da chegada dos portugueses em 1500, nessa época cada etnia possuía suas próprias culturas, religiões e costumes, viviam basicamente da caça, pesca e agricultura. Assim como em outras comunidades indígenas, a Barreira das missões sofreu grandes mudanças em todos os aspectos, atualmente é composta pelas etnias Cambeba, Ticuna e Cocama, e outros indivíduos que não são considerados índios, eles não utilizam mais a sua língua materna, consequência da introdução da cultura branca nesses locais, além disso, sua cultura está cada vez mais ameaçada, assim como seu território pelo o avanço do capitalismo em direção de suas terras. Atualmente os povos indígenas se organizaram e lutam para a sua sobrevivência e para a sobrevivência da região, conforme citado por Heck, Loebens e Carvalho (2005), desde o início dos anos de 1970 começaram, timidamente, a surgir formas novas de organização indígena, diferentes das organizações tradicionais de cada povo.

Esse processo de organização de enfrentamento organizado teve um grande impulso com a realização da Primeira Assembleia dos chefes indígenas, que aconteceu em Diamantino, no Mato Grosso, em abril de 1974. Rapidamente foram acontecendo assembleias regionais e nacionais, inicialmente com maior intensidade na região amazônica. A Constituição de 1988 foi um marco na conquista e garantia de direitos pelos povos indígenas no Brasil, foi a partir da constituição que os indígenas tiveram o direito garantido do respeito e a proteção à cultura das populações originárias, reconhecendo seu modo de vida, de produção, de reprodução da vida social e sua maneira de ver o mundo.

Ainda hoje existem povos indígenas “livres”, que continuam fugindo dos grandes projetos, sobretudo impulsionados pelo Estado, esses índios estão seriamente ameaçados de extinção. Além dessas explorações normatizadas a Amazônia e constantemente invadida por madeireiros, garimpeiros, peixeiros, rizicultores, fazendeiros, posseiros, biopiratas e outros indivíduos em busca de lucro fácil. Mas o problema vai além, e está ligado ao modelo de desenvolvimento que o Estado brasileiro vem adotando ao longo do tempo sobretudo na Amazônia legal, um desenvolvimento voltado para atender as necessidades do mercado externo, no qual os recursos naturais sofrem toda sorte de pressão e no qual as diversidades culturais e étnicas do país são vistas como entrave à expansão dos lucros ou à elevação do saldo da balança comercial.

Levando-se em consideração aos aspectos citados no decorrer do texto, hoje há uma luta articulada na Amazônia, constituída em grandes redes de resistência, conhecimento, reflexão e alianças que passam pela COICA – Coordenadora das Organizações Indígenas da Amazônia, pela

A reestruturação da Terra Indígena da Barreira da Missão, no Município de Tefé/AM
Cleimison Fernandes Carioca; Eubia Andréa Rodrigues

COIAB – Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira, pelo GTA – Grupo de Trabalho Amazônico e pelos recentes encontros do Fórum Social Pan Amazônico dentre outras, que juntos lutam pelos direitos de manterem suas crenças e tradições e suas terras.

REFERÊNCIAS

Amazônia Brasileira 2009. Alicia Rolla e Fany Ricardo (Coord.). Instituto Socioambiental (ISA). Junho de 2009.

BIONDI, Antonio. Monteiro, Mauricio, Glass, Verena. **O Brasil dos agrocombustíveis: Impactos das Lavouras sobre a Terra, o Meio e a Sociedade- Palmáceas, algodão, milho e pinhão-manso.** Setembro de 2008. ISBN 978-85-61252-04-5.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico.** Tradução Fernando Tomaz (português de Portugal). 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Estatuto da Fundação Nacional do Índio.** Decreto nº 9.010, de 23 março de 2017, publicado no Diário Oficial da União de 24 de março de 2017.

DARDEL, E. **O homem e a terra: Natureza da realidade geográfica.** São Paulo, Perspectiva, 2011.

EGON HECK, FRANCISCO LOEBENS e PRISCILA D. CARVALHO, **Amazônia indígena: conquistas e desafios** (2005).

FAULHABER, Priscila. **Estrutura fundiária e movimentos territoriais no Médio Solimões- Notas preliminares.** Departamento de Ciências humanas, Museu paraense Emilio Goeldi/CNPQ/MCT, 1987.

FAULHABER, Priscila. **O Lago dos espelhos: etnografia do saber sobre a fronteira em Tefé/ Amazonas.** Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi, 1998.

FAULHABER, Priscila; MONSERRAT, Ruth (Orgs.). **Tastevin e a Etnografia Indígena.** Rio de Janeiro: Museu do Índio. 2005.

FERREIRA. Denison da Silva. **TERRITÓRIO, TERRITORIALIDADE E SEUS MÚLTIPLOS ENFOQUES NA CIÊNCIA GEOGRÁFICA. CAMPO-TERRITÓRIO:** revista de geografia agrária, v. 9, n. 17, p. 111-135, abr., 2014. Onde encontrar o texto original: [_le:///C:/Users/Marcelo/Downloads/19883-103330-1-PB.pdf](file:///C:/Users/Marcelo/Downloads/19883-103330-1-PB.pdf) .

FIGUEIREDO, Guilherme Gitahy de. Quando a cidade atraca nas aldeias: Barreira da Missão, Tefé – AM. **Anais da 26ª Reunião Brasileira de Antropologia.** Porto Seguro, BA: Associação Brasileira de Antropologia, 2008.

FURASTÉ, Pedro Augusto. **Normas Técnicas para Trabalho Científico.** 17.ed. Porto Alegre: Dáctilo Plus, 2015.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os (des)caminhos do meio ambiente**/ Carlos Walter Porto Gonçalves, 14. ed. – São Paulo: contexto, 2006. (Temas atuais)

HAESBAERT, R. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. **Território e territorialidades: teoria, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 95-120.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA **Atlas do Censo 2010**. Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, **Atlas do censo Indígenas, 1991, 2000 e 2010**, Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

LADEIRA. M.E. **Conceitos da antropologia que devem fundamentar um trabalho com populações indígenas**. Centro de trabalho indigenista- CTI, 2002.

MOREIRA, Ruy. **Pensar e ser em geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico**, 1 ed, 1ª reimpressão. São Paulo: contexto, 2008.

OLIVEIRA, José Ademir de. **As pequenas cidades da Amazônia: espaços perdidos e reencontrados**. São Paulo: Contexto, 1999.

PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

QUEIROZ, Kristian Oliveira de. **A formação histórica do território tefeense**. 1 ed. Curitiba: CRV, 2015.

SANTOS, Milton, 1926-2001. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**, 4 ed. 8. reimpr, - São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SANTOS, Milton, **Economia espacial: críticas e alternativas**. 2. Ed. São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 2011.

SANTOS, Milton. **METAMORFOSES DO ESPAÇO HABITADO, fundamentos teórico e metodológico da geografia**. Hucitec. São Paulo 1988.

SANTOS, Raimundo Nonato Freitas dos; **Lugar e representação: um estudo sobre o bairro do Abial no município de Tefé/AM** – Manaus: UFAM, 2012.

SOUSA, Isaque dos santos; **A ponte do Rio Negro e a reestruturação do espaço na região metropolitana de Manaus: um olhar a partir de Iranduba a Manacapuru**, Editora Reggo/UEA Edicoes, 2015.

WALLERSTEIN, I. **Capitalismo histórico e Civilização capitalista**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

Recebido em: 25 de outubro de 2021
Aceito em: 16 de dezembro de 2021